



TRIBUNAL
DE CONTAS
EUROPEU

PT

Discurso

Luxemburgo, 26 de outubro de 2016

Discurso proferido por Klaus-Heiner Lehne, Presidente do Tribunal de Contas Europeu (TCE)

Apresentação do Relatório Anual do TCE relativo a 2015
Sessão plenária do Parlamento Europeu

Estrasburgo, 26 de outubro de 2016

Em caso de eventuais diferenças, faz fé o discurso proferido.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

[@EUAuditorsECA](https://twitter.com/EUAuditorsECA)

eca.europa.eu

Senhor Presidente Schulz,

Senhores Deputados ao Parlamento,

Senhora Vice-Presidente da Comissão Georgieva,

É uma grande honra para mim apresentar-vos este ano o Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu relativo ao exercício de 2015, já que este é o meu primeiro ano como Presidente do Tribunal e, na verdade, o meu primeiro mês nessa função.

Os acontecimentos ocorridos desde o final de 2015 têm abalado as fundações da União Europeia, que entrou assim num período de introspeção. A pergunta que todos fazem é: por que motivo tantos cidadãos voltam as costas ao projeto europeu? Acredito que, em parte, a resposta a essa pergunta é que nós - as instituições europeias - perdemos, em certa medida, a confiança dos nossos cidadãos. Nos próximos meses e anos, um importante desafio para a UE será reconquistar essa confiança. E acredito que o Tribunal de Contas Europeu terá um papel importante a desempenhar nesse processo.

É evidente que é necessária uma reforma, mas seja qual for o seu formato, terá de assentar em alicerces financeiros sólidos. Independentemente de a UE ser composta por 28 ou 27 Estados-Membros, a boa governação financeira continuará a ter a mesma importância. Na opinião do Tribunal, há quatro elementos que são especialmente importantes.

Em primeiro lugar, a UE deve ter uma contabilidade rigorosa. As pessoas não poderão sequer começar a confiar em nós se não acreditarem que tomamos devidamente conta do seu dinheiro e mantemos os registos adequados da forma como o fazemos.

As contas da UE relativas a 2015 apresentam uma imagem verdadeira e fiel. No entanto, os montantes de fundos a pagar no exercício em curso e em exercício futuros continuam num nível muito elevado. E a Comissão não elaborou uma estimativa de tesouraria para os próximos sete a dez anos. Uma estimativa desse tipo contribuiria para reconquistar a confiança. As previsões de pagamento a médio prazo elaboradas pela Comissão são um passo na direção certa.

Em segundo lugar, a UE deve assegurar-se de que as suas regras financeiras são aplicadas corretamente.

As receitas e despesas do orçamento atual da UE são corretamente contabilizadas, mas estas últimas continuam a estar sujeitas a demasiados erros, sobretudo nos Estados-Membros. Relativamente aos pagamentos de 2015, o nível de erro estimado é de 3,8%, sendo essencialmente semelhante ao dos últimos anos, mas ainda superior ao limiar de materialidade de 2% definido pelo Tribunal.

Embora a Comissão tenha dado passos no sentido de melhorar a sua avaliação dos riscos e do impacto das medidas corretivas, existe ainda margem para melhorias. Seria muito mais vantajoso para o contribuinte europeu se a Comissão e os Estados-Membros despendessem devidamente uma maior parte do dinheiro logo desde o início, poupando assim tempo, esforços e despesas para procederem a recuperações após a deteção dos erros.

É igualmente possível reduzir os erros melhorando a conceção dos regimes de despesas. Os cidadãos não podem confiar num sistema que não compreendem.

O meu antecessor falava da necessidade de uma "abordagem totalmente nova". É ainda demasiado cedo para saber quando ou se esta abordagem será uma realidade. Contudo, temos já conhecimento da avaliação intercalar dos atuais programas de despesas.

O Tribunal congratula-se com a tónica nos resultados novamente preconizada pela Comissão Europeia, mas regista que continua ainda a faltar a dimensão da otimização dos recursos - o que me leva ao terceiro elemento da boa governação financeira.

Os nossos cidadãos querem e precisam de ver a UE garantir a otimização dos recursos. Precisam de sentir que obtêm melhores resultados do que as suas autoridades nacionais teriam obtido só por si.

Porém, os projetos da UE geraram uma otimização dos recursos em 2015? Os seus objetivos eram realistas desde o início? Os custos envolvidos eram razoáveis? O programa ou projeto foi mais ou menos dispendioso do que se fosse executado a outro nível administrativo?

Estas são questões às quais não é possível dar uma resposta simples enquanto não estiverem em vigor as disposições adequadas de comunicação de informações. É preciso haver incentivos reais para alcançar a otimização dos recursos, em vez de nos limitarmos a atingir os objetivos das despesas e evitar infringir as regras.

Na realidade, a contabilização de todos os fundos e o cumprimento de todas as regras não garantem que os projetos financiados pela UE obtenham uma otimização dos recursos.

Se os cidadãos não tiverem a certeza de que o sistema funciona a seu favor, não podemos esperar que confiem nele.

Precisam de ver resultados e de ter uma ideia clara dos recursos despendidos para os alcançar. Essa relação, ou seja, o valor obtido graças à utilização dos fundos, tem de ser muito mais clara.

A confiança exige igualmente transparência e garantia, que representam o quarto elemento da boa governação financeira.

A utilização crescente de instrumentos financeiros, que não são diretamente financiados pelo orçamento da UE nem auditados pelo Tribunal, apresenta riscos mais elevados para a transparência, a prestação de contas e a coordenação das políticas e das operações da UE.

Quanto à garantia, as auditorias do Tribunal não só dão uma garantia independente, mas também incluem recomendações com vista a melhorar a governação financeira da UE. Verifica-se um elevado nível de aceitação e de execução dessas recomendações pela Comissão.

Todavia, apesar de, globalmente, existir um nível razoável de conhecimento das recomendações do Tribunal aos Estados-Membros, o grau de acompanhamento formal é muito variável. Por conseguinte, não são abundantes as provas de alterações nas políticas e práticas ao nível nacional.

Em suma, a governação financeira da UE precisa de melhorias. Se quisermos criar um sistema financeiro da UE capaz de reconquistar a confiança dos nossos cidadãos, a UE tem de introduzir as reformas certas e tem de o fazer rapidamente.